

# OAB quer promover debate amplo sobre Constituição

O Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) quer concorrer para que o texto da próxima Constituição Federal seja amplamente discutido pelo povo, e que a composição da Constituinte a ser eleita em 1986 seja plenamente representativa.

Segundo o vice-presidente do Conselho Federal da OAB, Herman Assis Baeta, a entidade lutará para que os parlamentares constituintes — que serão eleitos em 15 de novembro de 1986 e tomarão posse em 1º de março de 1987, caso prevaleça o calendário do Legislativo — tenham exclusivamente a tarefa de elaborar a nova Carta, para que não se sobrecarreguem de trabalho acumulando a função de constituintes com a de legisladores ordinários.

A campanha que a OAB desenvolve com essa finalidade será acelerada entre fevereiro e abril, quando serão eleitos os 624 conselheiros estaduais, os 78 federais e a diretoria do Conselho Federal para o biênio 85/87.

## Representatividade

— A Assembléia Constituinte que nós queremos só será legítima se for representativa — afirmou o vice-presidente da OAB. — Nela, deverão estar representadas todas as classes, grupos e segmentos sociais, sem a menor discriminação política, filosófica ou ideológica. Não nos interessa que a nova Constituição surja sem a participação ampla do povo, como tem acontecido ao longo de nossa história. E nem que ela sirva de instrumento de opressão e retardamento do desenvolvimento sócio-econômico e político da Nação.

Por essa razão, a OAB defende a discussão ampla do novo texto constitucional. “Os grandes temas, ao nosso ver”, insistiu Herman Assis Baeta, “devem ser colocados em comício na praça pública para depois serem aprimorados em reuniões de sindicatos, empresas, associações, igrejas, clubes, etc.”

## Exercício

Segundo o vice-presidente da OAB, desde que o país começou a exigir eleições diretas e uma constituinte já foram elaborados dois textos completos de Constituição. Um pelos advogados gaúchos, no Congresso Pontes de Miranda, em 1981, e outro no Congresso da OAB em Recife, ano passado.

— Os dois textos, entretanto, foram desenvolvidos apenas como exercício cívico e intelectual, pois nós, advogados, não temos a pretensão de usurpar da Constituinte o poder de elaborar a Carta Magna — explicou. — Nossas duas constituições poderão apenas funcionar como elemento de reflexão.

Herman Baeta não acredita que a realização de pesquisas de opinião como a da Fundação Getúlio Vargas — feita sob a direção de Afonso Arinos — seja o caminho correto e ideal para que se chegue “a uma Constituição com legitimidade formal e real”.

— Tudo deve ser precedido de diálogo amplo — argumenta. — Um questionário de pesquisa é um instrumento frio, e a coleta de informações geralmente atinge muito poucas pessoas, que respondem sem meditar. Um questionário de pesquisa, além disso, pode induzir a respostas padronizadas. E não é isso que devemos esperar do povo brasileiro, ansioso para participar e descobrir caminhos para o renascimento da Nação.

O ex-Secretário para Assuntos Extraordinários de Minas Gerais no Governo Tancredo Neves, jurista Darcy Bessone, afirmou em Belo Horizonte que a nova Constituição não deve ser obra de juriconsultos ou juristas, que têm uma visão muito limitada das atuais transformações da sociedade e poderiam promover uma reedição, com algumas modificações, das Constituições anteriores.

Manifestando o receio de que isso volte a acontecer, dando-se ao país uma Constituição que, como as outras, seja pretexto para novas crises institucionais, o professor Darcy Bessone exemplificou com uma das obras dos juristas brasileiros: o Código de Direito Civil, que se baseia no Direito Romano de mais de 2 mil anos atrás, quando Roma era uma sociedade agrícola, com uma agricultura atrasada até para os padrões de sua época.

Darcy Bessone informou que não tem conversado com Tancredo Neves sobre o assunto desde que ele deixou o Governo de Minas, há cinco meses, mas espera que o futuro Presidente da República esteja também preocupado em dar ao país uma Constituição que realmente seja o reflexo das transformações da sociedade, em processo de transição da era industrial para a era da informática.

Para o ex-professor de Direito Constitucional da Universidade do Brasil e da UFMG — Universidade Federal de Minas Gerais —, a nova Constituição tem que ser pensada, nas suas linhas mestras, por pessoas que tenham uma visão mais ampla do que os juristas, entre elas cientistas sociais, sociólogos, economistas, historiadores e outros. Os juristas seriam convocados, numa segunda fase, para dar o ordenamento ao texto constitucional.

Quanto ao mecanismo, o professor Darcy Bessone acredita que seja organizada uma comissão para elaborar um primeiro anteprojeto, que depois seria oferecido ao exame da Assembléia Nacional Constituinte.

JORNAL DO BRASIL  
21 JAN 1985